

- SPITZ, René A. - *O primeiro ano de vida*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- VATTIMO, Gianni - *A sociedade transparente*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- WEBER, Max - *Ensayos sobre Sociología de la Religión*. Vol. 1. Madrid: Taurus, 1992.
- WHITEHEAD, A. N. - *La función de la razón*. Madrid: Tecnos, 1985.
- WINNICOTT, D. W. - *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

## Pastoral Social: fundamentos e exigências actuais

### Introdução

A diversidade de expressões usadas oficialmente (pastoral da caridade, pastoral socio-caritativa, caritas, sócio-pastoral, apostolado social, dimensão social da acção pastoral, entre outras) para designar a Pastoral Social é reveladora da situação em que se encontra a reflexão teológico-pastoral, sobretudo a nível prático, e da relativa complexidade desta temática no contexto organizativo da acção eclesial.

Desta diversidade, surgem três constantes que, sempre, se devem ter em conta: a interligação recíproca da Pastoral Social com as outras áreas pastorais da Igreja, a especificidade desta acção eclesial e a diversidade dos serviços que lhe dão suporte, a expressam e a dinamizam.

Tendo em conta este quadro de referências, apresento algumas reflexões sobre o conteúdo, os objectivos, os fundamentos e as exigências maiores da Pastoral Social, num hoje, que é o nosso, aberto a uma perspectiva de futuro. Faço-o, como é normal, limitando-me ao que me parece fundamental e, quase sempre, em género de tópicos, que, eventualmente, poderão servir como elementos de apoio à clarificação da problemática existente nesta área pastoral.

### 1. Dimensão social da acção pastoral

Toda a acção pastoral da Igreja tem uma dimensão social, já que a fé opera pela caridade (cf. Gál. 5, 6) e a liturgia celebra

o Senhor que nos congrega em assembleia e nos envia em missão a testemunhar a eficácia do amor cristão. Por sua vez, a caridade — como o amor com que Deus ama as suas criaturas e, por ele, não cessa de lhes abrir horizontes de infinitude —, está presente nos nossos corações pelo Espírito que nos foi dado, alimenta a nossa relação filial com Deus e a nossa interdependência fraterna e solidária com todos os homens.

Há uma como que **circularidade** entre as acções eclesiais<sup>1</sup>. O melhor meio de evangelizar e suscitar a fé é o testemunho abnegado, pessoal e comunitário, dado por quem aprende na escola da eucaristia a entregar o seu corpo e a derramar o seu sangue por um mundo novo.

Consequentemente, a dimensão social faz parte de toda a acção pastoral e constitui o melhor testemunho da sua autenticidade, visando garantir a fidelidade à natureza da Igreja e o respeito profundo à secularidade do mundo e à autonomia das suas instituições.

## 2. Conteúdo da Pastoral Social

O conteúdo da pastoral social é, por isso, o da própria Igreja ou seja o amor com que Deus ama as suas criaturas e o projecto de que se serve para, com o livre consentimento e a generosa cooperação destas, as fazer viver a dignidade que lhes advém da própria natureza criada e da graça da redenção e, assim, as salvar.

Em termos mais operativos, pode dizer-se que a Pastoral Social é a acção organizada da Igreja consequente com a sua missão que a torna presente e actuante na sociedade, nas pessoas e nas estruturas, em ordem a animar, a ajudar, a orientar e a promover a libertação integral da pessoa humana à luz do Evangelho; ou, de forma lapidar, é a acção coerente da Igreja que visa dar uma resposta evangélica à problemática social. Visa, por isso, a libertação integral à luz da Palavra de Deus.

Esta libertação está claramente definida na exortação sinodal sobre «A evangelização no mundo contemporâneo». Paulo VI

<sup>1</sup> Cf. MALDONADO, L. - *Liturgia*. In FLORISTÁN, C.; TAMAYO, J. (coord.) - *Conceptos Fundamentales de Pastoral*. Madrid: Ed. Cristiandad, 1983, p. 580.

insiste no dever da Igreja «anunciar a libertação de milhões de seres humanos, sendo muitos destes seus filhos espirituais» e «de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em seu favor e envidar esforços para que chegue a ser total» (*E. N.*, 30).

Exemplificando as situações opressivas desumanizantes, o Papa destaca sobretudo as carestias, as doenças crónicas e endémicas, o analfabetismo, o pauperismo, as injustiças nos intercâmbios comerciais e o neo-colonialismo (cf. *E. N.*, 30).

Esta mensagem de Paulo VI corrobora o que o magistério vem dizendo, sobretudo a partir do Vaticano II, designadamente na encíclica sobre o «Desenvolvimento dos povos» e no Sínodo sobre a «Justiça no mundo».

O verdadeiro desenvolvimento, que é para todos e para cada um, consiste na passagem de condições menos humanas a mais humanas (cf. *P. P.*, 20) ou seja a passagem de um mundo selvagem a humano e de humano a divino, isto é segundo o querer de Deus<sup>2</sup>.

São muitas e complexas as consequências desta relação profunda e vinculante. Destacam-se apenas algumas: a progressiva tomada de consciência dos cristãos em relação ao modo genuinamente evangélico que especifica a acção da Igreja em prol da libertação integral; os processos de formação de cristãos «libertadores» para se dedicarem generosamente a esta causa (fazem sempre parte destes processos a inspiração de fé, a motivação de amor, a doutrina social traduzida em categorias de acção, de participação e de compromisso); e a inserção da luta cristã em favor da libertação no projecto global de salvação (cf. *E. N.*, 38).

O mesmo conteúdo é reafirmado com novo vigor por João Paulo II em inúmeros discursos e documentos, merecendo especial destaque a «Solicitude Social da Igreja» (que tem como objectivo principal fazer a releitura actualizada dos ensinamentos da encíclica sobre o «Desenvolvimento dos Povos» no contexto mundial emergente nos finais da década de 80 (cf. *S. R. S.*, 4).

Consequentemente «quem quisesse renunciar à *tarefa difícil, mas nobilitante*, de melhorar a sorte do homem todo e de todos

<sup>2</sup> Cf. Pio XII - Radiomensagem sobre a *Missão em Roma*, 1952. In PADRE RICARDO Lombardi, *Sonhador ou Profeta*. Lisboa: MMM, s.d., p. 39.

os homens, com o pretexto do peso da luta e do esforço incessante de superação, ou mesmo pela experiência da derrota e do retorno ao ponto de partida, não cumpriria a vontade de Deus criador» (S. R. S., 30).

### 3. Objectivos da Pastoral Social

Como acção da Igreja solidária com a humanidade, em diálogo de recíproco enriquecimento, a Pastoral Social prossegue objectivos:

3.1. *De âmbito geral*, tais como o conhecimento da realidade e dos correspondentes desafios emergentes; a formação crítica da consciência humana e a conveniente sensibilização da opinião pública; a promoção da dignidade da vida e da respectiva qualidade integral; a educação para os valores, designadamente para a paz que é fruto da justiça; a colaboração responsável e generosa em tudo o que torna mais humana a sociedade, as suas instituições e estruturas; o apreço constante pela solidariedade fraterna e interdependência dos povos; o compromisso abnegado pela realização do Bem Comum, como bem que afecta a todos e a cada um e que exige o exercício de uma autoridade aceite e competente e o respeito pelos princípios da participação orgânica e da subsidiariedade funcional;

3.2. *E de âmbito específico* como o fazer circular o amor fraterno na comunidade cristã, de modo criativo, interpelante e libertador, de modo a despertar a responsabilidade dos baptizados e das suas associações e a evangelizar as relações interpessoais e sociais; o colaborar com as organizações humanitárias na luta contra os males sociais; o praticar a assistência material e social aos carenciados do que lhes é indispensável; o proporcionar meios de promoção a pessoas, famílias, grupos e populações em dificuldades; o fomentar o desenvolvimento local em todas as áreas da vida, o cooperar na transformação das estruturas e situações desumanizantes, injustas e opressivas.

Deste modo, a Pastoral Social percorre o caminho da Igreja, desejosa de servir a pessoa humana à maneira de Jesus Cristo, aju-

dando-a a assumir responsabilmente a vida e a encontrar sentido libertador para as suas capacidades e os seus limites.

Os objectivos específicos têm como **pólos aglutinadores**:

a) A pastoral assistencial à maneira do bom samaritano (cf. Lc. 10, 30-37) expressa na satisfação das primeiras necessidades, no despertar as consciências e na mobilização das vontades, na procura e identificação das pessoas atingidas, no questionar das situações e na organização de grupos de ajuda.

b) A pastoral de promoção e desenvolvimento, que centra a sua atenção nas pessoas e nas comunidades envolvidas, ajudando-as a acreditarem em si mesmas e na força da solidariedade fraterna, apoiando-as com acerto pedagógico nas realizações que vão fazendo, proporcionando-lhes meios aptos para se abrirem a horizontes mais vastos e poderem, sem insegurança traumatizante, cortarem dependências paralisantes e crescerem na liberdade confiante e criadora.

Assim, a Igreja realizará a função do profeta vigilante e da mãe solícita, e as pessoas e suas comunidades poderão fazer desabrochar os talentos que foram confiados a todos e a cada um (cf. Lc. 19, 11-27).

c) A pastoral de libertação, que dispensa uma grande atenção ao contexto em que as pessoas e as comunidades vivem e actuam, e pretende ajudar a criar uma humanidade mais solidária, fomentar a prática da caridade universal (o amor com que Deus ama as suas criaturas e, conseqüentemente as valora e dignifica pelo que são), colaborar para que surja a **autêntica civilização do amor** (em substituição da actual que apregoa, entre outras coisas, o consumismo, o efêmero, o sucesso fácil, o prazer imediato) e a Igreja se revele claramente como a **Igreja da Caridade**.

Este tipo de acção pastoral exige uma **espiritualidade** maravilhosamente apresentada por Maria no seu Magnificat (cf. Lc. 1, 46-55) e envolve, sobretudo, a capacidade de leitura do que está a acontecer com olhos de realismo contemplativo, a opção pela pessoa em todas as circunstâncias, o amor ao pequeno

e débil, a certeza de que Deus conduz a marcha da história que deixou nas mãos das pessoas, a entrega confiante, a utilização dos bens postos equitativamente ao serviço de todos, a partilha solidária e fraterna.

A **espiritualidade da libertação** tem como fonte primeira a pedagogia da salvação que Deus nos revela e, nos seus traços fundamentais, se conserva na Bíblia, a situação complexa em que vive a humanidade (a começar pelo âmbito mais próximo a cada pessoa) e a eficácia evangélica do serviço que a Igreja há-de realizar em franca solidariedade com todos os «homens de boa vontade» e correspondentes organizações.

Aquela pedagogia expressa-se, hoje, na pedagogia da acção educativa e transformadora que estimula as pessoas e os grupos a viverem um processo dinâmico de crescimento, captando o realismo objectivo das situações, fazendo a interpretação destas, sobretudo à luz dos valores consagrados nos Direitos Humanos e no Evangelho, programando as acções consequentes com as decisões tomadas, e promovendo a formação permanente e a habilitação progressiva dos agentes pastorais <sup>3</sup>.

#### 4. Fundamentos da Pastoral Social

Os fundamentos da Pastoral Social são os mesmos da Igreja, como facilmente se pode deduzir de quanto se disse e, agora, se apresenta de forma sistematizada.

«A concepção da fé esclarece bem, ainda, as razões que impelem a Igreja a preocupar-se com o problema do desenvolvimento, a considerá-lo um *dever do seu ministério pastoral* e a estimular a reflexão de todos sobre a natureza e as características do desenvolvimento humano autêntico. Com os seus esforços, ela deseja, por um lado, pôr-se ao serviço do plano divino, no sentido de ordenar todas as coisas para a plenitude que reside em Cristo (cf. Col. 1, 19) e que Ele comunicou ao Seu corpo; e, por outro lado, corresponder à sua vocação fundamental de 'sacramento', ou seja, 'sinal

<sup>3</sup> MOVIMIENTO por un Mundo Mejor. El Desafío de la Novedad. [Madrid] 1989 (89) p. 58.

e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano» (S. R. S., 31).

Analisando esta síntese admirável, surgem os principais fundamentos da Pastoral Social que, embora brevemente, procuro desenvolver com a convicção sincera de que não faltam textos claros, tanto no magistério como de escolas e autores consagrados, sobre a referida fundamentação.

a) O primeiro fundamento refere-se à **compreensão da fé cristã**. Com efeito é esta que nos faz «ver as realidades com os olhos de Deus», acolher a mensagem de fraternidade universal de todos os homens transmitida por Jesus Cristo, morto e ressuscitado para congregar na unidade os que andavam dispersos, e ser coerentes com os dinamismos de transformação suscitados pelo Espírito Santo. É esta fé que atrai o espírito humano para a verdade total, a verdade que liberta, sob a guia amorosa do Espírito

«A esta luz, e somente nela, se ocupa do resto — adverte João Paulo II, a propósito do valor da doutrina social como instrumento de evangelização que anuncia a salvação da humanidade realizada em Cristo: dos direitos humanos de cada um e, em particular, do 'proletariado', da família e da educação, dos deveres do Estado, do ordenamento da sociedade nacional e internacional, da vida económica, da cultura, da guerra e da paz, do respeito pela vida desde o momento da concepção até à morte» (C.A., 54).

b) Deste primeiro fundamento, decorre um outro que nunca se pode desvincular da prática da fé cristã. É a convicção profunda e a aceitação operativa da **nossa comum humanidade**. Todos os homens são irmãos em humanidade. A profundidade desta convicção provém do valor criacional de cada pessoa e de todas as pessoas. Como indivíduos e como totalidade humana, estamos feitos à imagem e semelhança de Deus.

Esta origem comum projecta-se no mesmo futuro comum na «casa do Pai», construído agora em comunidade solidária, em interdependência recíproca, em família de irmãos.

Os direitos-deveres humanos têm aqui o seu alicerce mais sólido. A sua explicitação e formulação ao longo da história dependem da consciência e da vontade dos homens, a que não é alheia

a acção do Espírito e, em muitos casos, da própria Igreja. A sua aplicação efectiva está condicionada pelos esforços e pelas lutas que procuram resgatar o que é de todos e alguns espoliaram, esforços e lutas que constituem, sem dúvida, um dos feitos mais notáveis da história.

c) Expressão desta comum humanidade é a **situação da «casa comum»**, do mundo, da obra por Deus começada e entregue à nossa responsabilidade; é a (des)sorte dos nossos irmãos chamados a crescerem, como nós, em humanidade, a elevarem-se progressivamente a níveis superiores de qualidade de vida, a tornarem-se «libertadores» dos que se encontram nas mesmas situações de dependência, atrofiamento e desumanidade.

As chagas sociais proliferam como os cogumelos em contraste provocante com a opulência e os oásis de bem estar de alguns. A consciência das desigualdades agudiza-se e os clamores das vítimas bradam aos Céus. Hoje, como outrora, Deus vê a miséria do Seu povo e está disposto a intervir (cf. Ex. 3, 7 e 8).

O mundo actual vive um tempo especial da sua história milenária. As transformações em curso provocam uma nova era, capaz do melhor e do pior, na qual todos nos sentimos «em trânsito», como que fragmentados interiormente, ameaçados nas zonas secretas do nosso eu mais profundo.

Estudar este mundo, conhecê-lo por dentro, aprofundar os seus problemas, examinar as situações à luz do Evangelho e da doutrina social da Igreja, descobrir pistas de acção coerente, ganhar forças para intervir eficazmente são imperativos éticos fundamentais para todos os cristãos e suas comunidades <sup>4</sup>.

«Com efeito, é a pessoa humana que se trata de salvar, é a sociedade humana que importa renovar» (G. S., 3). Por isso, o Concílio indica alguns caminhos que a Igreja deve trilhar no nosso tempo, destacando a solidariedade, o respeito e o amor para com toda a família humana, o diálogo sobre os problemas que a afligem, a iluminação destes problemas com o Evangelho

<sup>4</sup> Cf. C. E. P. - Mensagem sobre *Alguns aspectos da actual sociedade portuguesa*. 1991 [cap. III].

de Cristo e a colaboração generosa e sincera das suas comunidades, em ordem a que se instaure solidamente a fraternidade universal.

d) A Igreja tem uma missão insubstituível a realizar como sacramento de salvação universal. A **compreensão efectiva desta missão** constitui outro fundamento inquestionável da Pastoral Social, em qualquer das suas modalidades.

Como sacramento, a Igreja é sinal e instrumento d'Aquele amor que em Deus se faz justiça, misericórdia, pedagogia, proposta contínua repassada de esperança, diálogo respeitador das diferenças... e se expressa, de modo especial, no estilo de vida dos cristãos e das suas comunidades, na relação de ajuda pessoal, na promoção libertadora das energias positivas de cada um, na eficácia organizativa de serviços, na paciência que sabe aguardar a hora da resposta e na prudência que faz concentrar as energias naquilo que é possível.

«Desejamos que seja bem aproveitado todo este manancial doutrinário e prático — afirmam os Bispos portugueses ao terminarem a referida Mensagem —. Importa para isso que, em plano nacional e em plano diocesano, haja quem assegure a memória, coordene esforços e anime a acção das pessoas e instituições vocacionadas para a acção social e sócio-caritativa e para os apostolados nos campos da economia e política, da cultura e do ensino, da educação e da comunicação social» <sup>5</sup>.

## 5. Exigências fundamentais

Consequentemente, a Pastoral Social deve satisfazer algumas exigências fundamentais, que foram surgindo ao longo da presente reflexão e agora se explicitam e desenvolvem, embora sumariamente.

São exigências referentes ao seu «lugar» no contexto da pastoral de conjunto, orgânica e dinâmica, às características da sua estruturação funcional e aos critérios da sua operatividade.

<sup>5</sup> Cf. *Ibidem*, p. 25.

a) A Pastoral Social tem um lugar primordial na missão da Igreja. As razões são de vária ordem e estão já apresentadas. Sem ela, a Igreja desvirtua a mensagem de Cristo e torna-se cada vez mais insignificante para um mundo que se sente à deriva na procura de si mesmo, dominado por ânsias incontroladas e, quase sempre, atrofiadoras da aspiração fundamental e do sentido para a vida. Sem ela, qualquer comunidade eclesial torna-se uma caricatura da Igreja e projecta a imagem de um cristianismo intimista, alienante e espiritualista.

A Pastoral Social abre caminho à evangelização e constitui o melhor fruto da evangelização integral <sup>6</sup>. A Pastoral Social faz convergir os problemas da vida para a celebração litúrgica e, desta, recebe novo impulso para a realização da sua intervenção na sociedade. Evangelização e liturgia encontram na Pastoral Social a prova maior da sua coerência e autenticidade eclesiais.

b) As características predominantes da sua estruturação funcional são basicamente as seguintes: a organicidade dinâmica, tendo em conta sobretudo o leque de necessidades a satisfazer e o conjunto de objectivos a alcançar; a flexibilidade consistente, em ordem a poder adaptar-se continuamente ao ritmo de mudança e a procurar resposta evangélica para os desafios decorrentes; o realismo sadio e eficaz, a fim de atender ao concreto das situações, aos recursos materiais existentes ou a procurar honestamente, e às capacidades dos agentes e às suas condições de vida; a comunhão solidária com instâncias às quais está atribuída igual função na Igreja; a colaboração possível com outras forças humanizantes dos espaços onde se decide a vida e a sua qualidade.

A estrutura funcional dos múltiplos organismos que realizam a Pastoral Social exige e supõe a definição clara de cada um, o reconhecimento da acção específica dos outros, a articulação funcional de todos ao serviço da mesma causa e a convergência em metas comuns. Só assim poderá ser garantida a indispensável unidade na acção eclesial e a sempre desejada eficácia pastoral.

<sup>6</sup> Cf. GOMEZ, Ruben Salazar, mons. - *Opciones y Compromisos de Caritas: Misión Fundamental de Caritas. Corintios*. [Madrid] 1994 (70) p. 156.

A satisfação destas exigências não se conseguirá sem a constituição adequada de um órgão que desperte, anime e coordene, tendo como horizontes os desafios humanos emergentes da problemática social e como pedagogia a progressividade e a experiência de comunhão gratificante.

A Igreja Particular (Diocese) — uma vez que «é comunhão orgânica, caracterizada pela simultânea presença da diversidade e da complementaridade das vocações e condições de vida, dos ministérios, dos carismas e das responsabilidades» (*Ch. L.*, 20) — constitui o espaço privilegiado para a inserção da Pastoral Social na Pastoral de Conjunto.

Aquele órgão diocesano pode designar-se de modos diversos e, além das funções descritas, há-de procurar manter viva a consciência da própria Igreja diocesana em relação à dimensão social de toda a acção pastoral. Manter viva a consciência e estimular a procura de caminhos viáveis de realização.

«É às comunidades cristãs que cabe analisarem, com objectividade, a situação própria do seu país e procurarem iluminá-la, com a luz das verdades inalteráveis do Evangelho; a elas cumpre o haurirem princípios de reflexão, normas para julgar e directizes para a acção na doutrina social da Igreja» (*O. A.*, 4).

c) Os principais critérios operativos não-de estabelecer-se, tendo em conta a realidade objectiva em que se pretende intervir e as grandes orientações da Igreja nesta área da sua missão.

Por razões óbvias, restringe-se a reflexão a estas orientações que não-de servir de referência constante em todas as modalidades de Pastoral Social.

Enumeram-se apenas algumas: Purificar o olhar para ver no próximo a imagem de Deus; respeitar com delicadeza a liberdade e a dignidade das pessoas ajudadas; satisfazer, antes de tudo, as exigências da justiça, não oferecendo como esmola o que é devido por justiça; remover, sempre que possível, as causas dos males e não ficar em soluções efémeras ou simples paliativos; ajudar com acerto a pessoa para que esta se liberte das dependências externas e se baste a si mesma (cf. *A. A.*, 8).

Importa ainda integrar, de facto, cada pessoa no seu processo de libertação e ajudá-la a dar o passo possível nessa caminhada; proporcionar-lhe a abertura de horizontes solidários, a fim de vir a prestar apoio a quem esteja em necessidade (ou seja de assistida, a pessoa há-de passar a cooperante na libertação dos demais); ser criativo de novas formas de intervenção (inovando ou renovando), sempre que as formas tradicionais revelem sinais de desadequação e não comportem elementos de renovação eficaz.

### Conclusão

O futuro da Pastoral Social está contido, em germen, no presente. O mesmo amor de Deus que prossegue incansavelmente a realização do seu projecto de salvação, aguardando com paciência infinita a livre resposta do homem; a situação do mundo que Deus ama e pelo qual ofereceu o Seu único Filho, Jesus Cristo; a fidelidade crescente da Igreja que, cada vez reconhece mais, a dimensão humanitária da sua missão; a renovação em curso prosseguida por tantos cristãos e seus movimentos e comunidades; o despertar progressivo para novas formas de voluntariado são alguns indícios seguros que auguram um futuro melhor a esta área fundamental da acção pastoral.

Estes indícios — que são também realidade significativa em muitos lados — apontam caminhos a percorrer por todos os que assumem os desafios da pobreza como uma **questão humana e realidade persistente** e desejam promover uma Pastoral Social mais adequada à Igreja-Caridade e mais eficaz num mundo que pressente a urgência da nova Civilização do Amor.

GEORGINO ROCHA

## Livros, Livreiros e Impressores portuenses do século XVII

A actividade impressora quinhentista foi notável, mas as obras manuscritas foram mantendo os seus clientes. A edição era difícil sem protecção mecénica e os leitores não abundavam. Encontramos, especialmente em testamentos, referências frequentes a manuscritos pertencentes a espólios, pelo século XVII além.

O conceito de livraria, tanto podia referir-se a um conjunto de livros de particulares, como a colecções de natureza pública ou até um conjunto indiscriminado de livros<sup>1</sup>. Assim<sup>2</sup>, em 1571, o conhecido coimbrão António de Mariz *yprimidor e liureyro* comprou a dois mercadores da rua de S. Miguel, do Porto, chamados Tristão Roiz Vila Real e seu sobrinho Jorge Dinis uma *lyurarya de framdes e dous cofres*. O preço foi avultado para a época: 134 220 rs. O documento em estudo regista o compromisso do pagamento em duas prestações, porque o comprador tinha recebido a mercadoria fiada. O movimento comercial do Porto com a Flandres era notável nesta época, tanto mais que o Porto tinha um número razoável de flamengos residentes. Os negócios com António Mariz continuaram pelo menos até ao fim do século<sup>3</sup>.

O livreiro começou por vender cópias manuscritas. Numa primeira fase, chegou a confundir-se com o encadernador. Chegava ao exercício da sua profissão através duma aprendizagem com os

<sup>1</sup> Ver LOUREIRO, José Pinto - *Livreiros e Livrarias de Coimbra*. Arquivo Coimbrão. 1954, 12, p. 69-171.

<sup>2</sup> ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (A.D.P.) - *Po 1º*, 3ª série, 39, fl. 138.

<sup>3</sup> A.D.P. - *Po 1º*, 3ª s., 72, 78; *Po 2*, 12, 165.